

CRÉDITO DO ADIAMENTO: PROMESSA, SUSPENSÃO E A ECONOMIA MORAL DO TEMPO EM MACHADO

Arthur Starling
Yale University

Abstract: This essay examines how Machado de Assis represents credit as a social technology of time, and how borrowing is not only about receiving money but also about negotiating promises, delays, and moral expectations. Reading scenes of postponement and suspension from three of Machado's most important novels, the paper argues that credit binds characters into asymmetric obligations where future payment becomes a tool of control and narrative pacing. This analysis frames debt as a moral economy in which trust, reputation, and the management of waiting shape what counts as fairness. By foregrounding temporal manipulation, Machado exposes how everyday practices organize social life and how the promise of later settlement can quietly discipline the present.

Keywords: Machado de Assis, credit, postponing, temporality, moral economy

Machado de Assis é, entre muitas coisas, um escritor do tempo mal resolvido, que não fecha, que não se entrega e que não chega ao ponto. Em vez de organizar seus romances como uma sequência de decisões culminantes, o genial autor prefere montar uma maquinaria de espera, de “daqui a pouco”, de “mais tarde”, de “um dia”, em que a vida, ao mesmo tempo em que parece estar sempre prestes a se definir, nunca se define por inteiro. No decorrer deste ensaio, a análise dos romances *Dom Casmurro*, *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires* pretende argumentar que o “adiar” não é apenas um traço psicológico, indicando uma possível indecisão, covardia ou prudência. Mais precisamente, o hábito da procrastinação configura uma técnica que governa a arquitetura do enredo e a ética das vozes narrativas de forma única em cada uma das obras.

Por exemplo, em *Dom Casmurro*, o adiamento é o dispositivo da confissão, na medida em que se conta para postergar a sentença e promete-se tudo para empurrar a conclusão para depois, o que se torna especialmente escancarado no capítulo que funciona como um manifesto: “*Adiemos a Virtude*”. Em *Esaú e Jacó*, o mesmo adiamento existe, mas assume outra forma: terceiriza-se a decisão, joga-se a responsabilidade no futuro, em profecias, em doutrinas e no destino e o romance já abre com o grito que anuncia a lógica do livro: “*Coisas Futuras!*”. Por fim, em *Memorial de Aires*, o adiamento vira uma espécie de gênero, em que a forma do diário, com sua escrita sempre um pouco posterior ao vivido, organiza um narrador que observa e registra “a uma distância segura” (como será argumentado no decorrer do ensaio), e cujo próprio editor promete: “O resto aparecerá um dia, se aparecer algum dia” (Assis, *Memorial de Aires*, p. 1)¹.

Ao fim deste ensaio, concluir-se-á que o adiamento, em Machado, funciona, ao mesmo tempo, como forma de poder e de fuga. Em primeira instância, é poder porque quem adia controla o ritmo do outro: controla o leitor na distribuição de pistas e silêncios, o interlocutor na negociação do compromisso e, por fim, e talvez mais importante, o tempo social na promessa vaga e na esperança administrada. Em segundo lugar, é fuga porque adiar é um modo de não escolher e, portanto, de não responder. Em *Dom Casmurro*, isso aparece como uma política narrativa: “Eu confessarei tudo o que importar à minha história” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 67), mas a confissão torna-se um caminho para escapar do ponto crucial, como quando ele transfere a “melhor oportunidade” de provar sua virtude para um futuro conveniente (Assis, *Dom Casmurro*, p. 67). Em *Esaú e Jacó*, essa fuga é o desejo de que “alguma instância externa” resolva por nós, mecanismo já indicado pela cabocla quando ela se recusa a explicar “a qualidade da glória”: “coisas futuras!” (Assis, *Esaú e Jacó*, p. 4). Em *Memorial de Aires*, ela se metamorfoseia em prudência e discrição: “Repito, não me custou ser discreto; é virtude em que não tenho merecimento” (Assis, *Memorial de Aires*, p. 94).

Metodologicamente, o adiamento será analisado em dois níveis. Em primeiro plano, como dinâmica de personagens (promessas, cálculos, indecisões, terceirizações) e, em segundo lugar, como técnica de narração (capítulos que prometem e desviam, notas diarísticas que postergam, molduras

¹ Todos os excertos contidos nessa redação são dos livros *Dom Casmurro*, *Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires*, escritos por Machado de Assis e publicado originalmente pela Editora Garnier, respectivamente em 1899, 1904 e 1908. Os excertos desse texto correspondem à publicação da *Obra Completa* pela Editora Nova Aguilar em 1994, versão que está disponível gratuitamente em machado.mec.gov.br. As citações diretas no texto incluirão o sobrenome do autor, a obra em questão e o número da página na qual estava o fragmento. As normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sugerem o uso do ano de publicação (não o título do livro), mas para fins de simplicidade e inteligibilidade, o ano está substituído pelo título da obra.

editoriais que adiam o “resto”, finais que entregam ao leitor a resolução). Essa dupla leitura faz sentido porque, em Machado, personagens e narradores frequentemente usam o mesmo expediente de falar para não concluir, de narrar para não sentenciar, de esperar para não agir e de adiar para não vivenciar. A prova, como se verá, está espalhada nas frases em que “o depois” entra como método: “É o que contarei no outro capítulo” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 31); “Calou tudo e esperou” (Assis, *Esaú e Jacó*, p. 100); “Não fui ontem, fui hoje” (Assis, *Memorial de Aires*, p. 78).

Em Machado, o adiamento raramente é neutro. Quando alguém diz “depois”, não está apenas marcando um calendário, mas sim reorganizando o jogo de forças. *Dom Casmurro* formula isso com uma clareza quase teórica no capítulo “Adiemos a virtude”, ao posicionar o adiamento no cerne da própria economia moral da narrativa. O narrador diz que sua regra é contar “a própria essência” por inteiro: “há só um modo de escrever a própria essência, é contá-la toda, o bem e o mal” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 67). Entretanto, ele imediatamente transforma o método em manobra: “agora que contei um pecado, diria com muito gosto alguma bela ação contemporânea, se me lembrasse, mas não me lembra; fica transferida a melhor oportunidade” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 67). A forma confessional é, aqui, um instrumento de postergação, já que, imediatamente após prometer um equilíbrio moral entre pecado e virtude por meio da exemplificação, empurra-se a boa ação para o momento em que ela convier, o que é mais estrutura do que psicologia.

O adiamento também aparece como administração do interlocutor, isto é, como poder sobre o tempo do outro, já que a promessa vaga cria dependência. Quando Capitu pede garantias sobre a conversa de José Dias com D. Glória, a resposta é justamente o não-prazo: “Não marcou dia; prometeu que ia ver, que falaria logo que pudesse” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 30). A promessa sem data é uma tecnologia social, na medida em que mantém a esperança viva e, ao mesmo tempo, garante o cumprimento sempre adiável. Pode-se fazer um resumo paralelo com Esaú e Jacó para fins comparativos, já que nessa obra, que será analisada posteriormente neste ensaio, isso vira estética do destino e o futuro funciona como um “depósito” de sentido que nunca se entrega por completo. O oráculo diz “coisas bonitas, coisas futuras!”, mas, quando pressionado, em “Mas isso não basta; diga-me o resto”, responde com a suspensão “Quanto à qualidade da glória, coisas futuras!” (Assis, *Esaú e Jacó*, p. 4). Assim, não é apenas que o futuro é incerto, mas, mais profundamente, pode-se argumentar que a narrativa se alimenta dessa incerteza como motor.

Em *Dom Casmurro*, há ainda um terceiro aspecto, o de adiar como estratégia de evitar a responsabilidade da escolha. Machado faz isso aparecer em frases de recuo explícito, como quando o

narrador explica que só aconselhará D. Glória “se ela me consultar algum dia” e conclui que “Agora, ir falar-lhe sem ser chamada, não faço” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 22). A recusa é apresentada como prudência, mas tem o efeito preciso de não assumir o ato. De certa forma, ao mesmo tempo em que o narrador se coloca à disposição, rapidamente condiciona sua ajuda a uma ação de terceiros a fim de evitar que sua consultoria tenha qualquer probabilidade de ser solicitada e, consequentemente, de acontecer. De modo análogo, *Esau e Jacó* narra a política doméstica de Natividade como uma aritmética de adiamentos: “Cálculos de mãe; vieram outros que os modificaram, e outros que os restauraram” (Assis, *Esau e Jacó*, p. 100). A ação se dissolve em cálculo e o cálculo se dissolve em recalibragem contínua, isto é, em adiamento travestido de reflexão.

Em quarto e último lugar, esse adiamento volta-se também contra o leitor. Em vez de conduzir à “resposta clara”, Machado frequentemente condiciona o sentido ao tempo de leitura, como se a interpretação fosse sempre um “resto” a aparecer. O capítulo “Adiemos a virtude” termina quase como um contrato: “Nem perderás em esperar, meu amigo” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 67). A frase parece consoladora, mas é também uma forma de manter o leitor preso à espera, governado pela promessa do que virá, exatamente o mecanismo do adiamento.

Iniciando a análise mais profunda por ordem cronológica, vê-se, por meio de *Dom Casmurro*, que a lógica do adiamento começa antes mesmo do “crime” ou do “mistério” sobre Capitu; o princípio é no próprio gesto de escrever. A motivação declarada do narrador é recompor a vida, “atar as duas pontas”, mas o romance nasce confessando que essa recomposição é impossível: “não consegui recompor o que foi nem o que fui” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 2). Isso é crucial para o argumento central aqui proposto: se o passado não se recompõe, por natureza e por necessidade, a escrita vira um laboratório de versões. Por conseguinte, onde há versões, há adiamento de sentença, porque toda e qualquer versão adia o veredicto final.

O adiamento, especificamente nesse romance, opera como uma sintaxe, já que Bentinho administra o que conta e quando conta, enquanto incansavelmente sinaliza isso ao leitor. Um exemplo simples e emblemático está na passagem em que ele anuncia uma cena decisiva, mas a desloca: “Tudo era matéria às curiosidades de Capitu. Caso houve, porém, no qual não sei e aprendeu ou ensinou, ou se fez ambas as coisas, como eu. É o que contarei no outro capítulo” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 31). A promessa cria expectativa, e a expectativa vira forma de controle, pois o leitor é educado a aceitar que o sentido vem sempre um pouco depois. Esse “depois”, entretanto, não é só cronologia; é hierarquia. Isso ocorre porque é o próprio narrador, arrogante e superior, quem decide o momento de dar. Assim, sutilmente

e progressivamente, Bentinho se posiciona em um altar acima do humilde leitor, que nada pode fazer além de aceitar as imposições temporais do narrador, que servem para legitimar sua história, mas estão minuciosamente maquiadas enquanto recursos linguísticos do autor (e não do narrador).

Essa técnica aparece também nas situações narradas, como se a própria juventude de Bentinho fosse treinada no “depois”. Quando ele e Capitu fantasiam planos de fuga, a estratégia já é empurrar a decisão: “saio primeiro, depois cuidaremos do embarque; o embarque é que pode ficar para o ano” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 61). O futuro, nessa passagem, é instrumento. A frase organiza o tempo como uma série de degraus, em que a resolução é sempre deslocada para a etapa seguinte e essa prática cotidiana do adiamento prepara, no plano moral, a grande postergação do livro: a incapacidade (ou recusa) de fechar a questão Capitu com um ato decisivo que assuma a responsabilidade do juízo. Ao mesmo tempo em que se apresenta uma suave luz ao fim do túnel, essa faísca se esvai e se torna novamente distante à medida que o leitor se aproxima de uma conclusão para a trama.

O capítulo “Adiemos a virtude”, em especial, explicita esse mecanismo como metapoética. Bentinho admite que poucos confessariam o pensamento “da Rua de Mata-cavalos”, mas ele se compromete: “Eu confessarei tudo o que importar à minha história” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 67). É aqui que a confissão promete transparência, mas, instantaneamente, o capítulo torna essa transparência um caminho para adiar a exata responsabilidade moral. O narrador formula seu ideal de escrita (Montaigne como modelo) e conclui que “há só um modo de escrever a própria essência, é contá-la toda, o bem e o mal” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 67). Até aqui, pareceria uma ética da verdade.

Não obstante, o parágrafo seguinte desmonta a promessa e mostra o adiamento como técnica: “agora que contei um pecado, diria com muito gosto alguma bela ação contemporânea, se me lembrasse, mas não me lembra; fica transferida a melhor oportunidade” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 67). Esse gesto cria um desequilíbrio deliberado, já que, enquanto o pecado entra no presente do texto, a virtude é jogada no futuro. Porém, como discutido anteriormente, o futuro, em Machado, é sempre uma instância maleável e negociável. O leitor fica preso a um regime em que a prova da “boa-fé” do narrador é sempre prometida, mas nunca plenamente recebida pelo interlocutor. É, então, justo e amável o narrador?

Ainda no mesmo capítulo, Bentinho transforma o adiamento em pacto com o leitor, por meio do excerto “Nem perderás em esperar, meu amigo” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 67). A frase é duplamente irônica: primeiro, porque supõe que a espera traz recompensa; segundo, porque essa recompensa é justamente a “melhor oportunidade” que foi transferida e que pode jamais chegar. Assim, o que se

instala é um tipo de dependência por meio da qual o leitor se torna cúmplice da postergação, pois lê movido pela promessa de que o “depois” esclarecerá o “agora”. Posteriormente, esse governo do leitor aparece em outros momentos em que o narrador organiza explicitamente o ritmo da leitura. Há um ponto em que ele quase dá uma chave interpretativa, com “Já me vais entendendo”, mas imediatamente empurra o leitor, com “lê agora outro capítulo” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 118). Mais uma vez, o narrador, superior, dita o tempo do entendimento. O importante, então, não é somente que o capítulo seguinte contém informação, é que a compreensão é construída como suspense administrado e torna-se evidente que o adiamento não é falta de planejamento. Pelo contrário, é o próprio planejamento, demasiadamente minucioso.

Mais perto do fim da obra, esse controle chega ao paroxismo quando Bentinho endereça a narrativa a uma personagem, e, por transitividade, ao leitor, com uma proibição: “D. Sancha, peço-lhe que não leia este livro; ou, se o houver lido até aqui...” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 115). A frase, ao mesmo tempo, dramatiza o perigo do que será dito, sugere que há um ponto de não-retorno e solidifica a autoridade do narrador sobre a leitura. Pedir que “não leia” é, paradoxalmente, um modo de intensificar a leitura e configura o adiamento como o ápice da excitação, já que “não leia ainda” equivale a “espere o choque”.

Quando Bentinho afirma que contará um episódio rapidamente em “Contarei o caso depressa” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 102), ele também revela como o tempo do relato é manipulado como um ativo de valor. Contar “depressa” e contar “devagar” funcionam como decisões políticas dentro do texto, isto é, maneiras de acelerar ou retardar o que pesa moralmente e o que persuade o leitor. A questão Capitu, justamente por ser o núcleo de julgamento moral, raramente é tratada como fato estabilizado e é constantemente cercada por digressões, paralelos e lembranças que sustentam um estado de suspensão.

Assim, *Dom Casmurro* é um romance em que narrar é adiar. E adiar, aqui, é um modo sutil de poder, por meio do qual o narrador controla quando o leitor verá, julgará e terá o direito a uma conclusão ou interpretação. Ao mesmo tempo, é um modo de fuga para que Bentinho organize a narrativa, tal que o juízo final não recaia nele, mas se desloque para a instância que ele mesmo convoca: o leitor, sentenciado às suas próprias suspeitas e interpretações, agora enviesadas por esse mesmo narrador.

Progredindo para a análise do segundo romance, se *Dom Casmurro* faz do adiamento uma técnica de confissão e controle do leitor, Esaú e Jacó torna o adiamento uma forma de vida social,

sustentada por profecias, cálculos, doutrinas e expectativas. O livro já se apresenta como algo selecionado e, portanto, também adiado: “Tal foi a razão de se publicar somente a narrativa” (Assis, *Esauí e Jacó*, p. 1). Há sempre um “somente” que deixa claro que algo ficou de fora e foi controlado ou reduzido. A própria moldura editorial sugere que o sentido que chega ao leitor é meramente um recorte. Entretanto, em recortes, o “resto” é sempre um fantasma que adia a totalidade.

O capítulo “Coisas futuras!” instala o regime do futuro como dispositivo. Natividade insiste: “Mas isso não basta; diga-me o resto” (Assis, *Esauí e Jacó*, p. 4). Enquanto o desejo é de fechamento e de resposta “suficiente”, a cabocla responde com uma promessa sem conteúdo determinante: “Serão grandes, oh! grandes! ... Quanto à qualidade da glória, coisas futuras!” (Assis, *Esauí e Jacó*, p. 4). O futuro, aqui, é uma instância que diz “sim” e, ao mesmo tempo, retira o que daria sentido ao “sim”. Desse modo, é como se o romance aprendesse a viver de “grandeza” sem definição, o que, em termos narrativos, é perfeito, já que grandeza indefinida significa trama infinita, suspense permanente e adiamento estrutural enraizado e inerente.

Essa lógica se repete no modo como os personagens se movem, na medida em que as decisões são empurradas e não tomadas. Quando Flora entra em cena como objeto de disputa e de expectativa, a narrativa descreve sua oscilação como puro motor: “Parecera-lhe antes que Flora não aceitava um nem outro, logo depois que os aceitava a ambos, e mais tarde um e outro alternadamente” (Assis, *Esauí e Jacó*, p. 100). O essencial, aqui, é a sequência temporal (“antes”, “logo depois”, “mais tarde”), que transforma a indecisão em ritmo quase musical. E esse ritmo produz um tipo específico de adiamento em “Concluiu que ainda não sentiria nada particular e decisivo; naturalmente iria com os tempos” (Assis, *Esauí e Jacó*, p. 100). A frase não descreve apenas Flora, mas sim uma filosofia do romance, que consiste em ir “com os tempos”, não decidir agora e, frequentemente, converter o presente em espera.

Natividade, por sua vez, administra essa espera com a prudência calculista de quem sabe que agir significaria, inevitavelmente, comprometer-se. A narrativa chama isso pelo nome “Cálculos de mãe; vieram outros que os modificaram, e outros que os restauraram” (Assis, *Esauí e Jacó*, p. 100). O cálculo nunca termina, se reescreve, se corrige e se “restaura”. O que parece planejamento vira, no fundo, postergação infinita. E o texto cristaliza o gesto: “Suspeitas e cálculos iam ficando no coração dela. Calou tudo e esperou” (Assis, *Esauí e Jacó*, p. 100). “Calou” é tão importante quanto “esperou”: o adiamento opera pelo silêncio, pela recusa de nomear o que exigiria um ato.

Esse desejo de terceirizar decisões aparece também na caricatura da ânsia de sistema. O caso do velho Plácido, com suas correspondências simbólicas, é um exemplo de como a explicação pode

funcionar como adiamento moral, exceto que, em vez de escolher e agir, procura-se um mapa que decida pelos leitores. Plácido “explicou-a prontamente” e termina morrendo “no seu ofício”: “expunha [...] a correspondência das letras vogais com os sentidos do homem, quando caiu de bruços e expirou” (Assis, *Esau e Jacó*, p. 96). O detalhe de morrer explicando é satírico e a vida se gasta em sistema, enquanto o sistema não resolve a vida. Mais ainda, a própria seita se divide, e a explicação vira disputa, isto é, em vez de encerrar, ela multiplica o adiamento (Assis, *Esau e Jacó*, p. 96).

Machado também mostra como o adiamento pode ser uma forma de rivalidade silenciosa, mecanismo este que é essencial para o desenrolar dos fatos da obra. Depois da morte de Flora, os gêmeos têm gestos paralelos e secretos e o segredo, em particular, é uma modalidade de adiamento, pois adia a comunicação e a resolução da tensão: “Pedro teve uma idéia, que não comunicou ao irmão [...] Paulo teve a mesma idéia, e também a calou” (Assis, *Esau e Jacó*, p. 126). O capítulo nasce do não-dito: “Dela nasce este capítulo” (Assis, *Esau e Jacó*, p. 126). A estrutura narrativa, aqui, alimenta-se do silêncio.

Ao final, a tentativa de vencer o adiamento assume a forma extrema de um pedido de juramento, como se a palavra pudesse interromper o futuro e fixar o presente. Natividade, “com a voz expirante”, pede “um favor derradeiro”: “você vão ser amigos [...] jurem que serão amigos” (Assis, *Esau e Jacó*, p. 133). Só que esse “derradeiro” também é ambíguo, já que ele não resolve a rivalidade, apenas impõe uma promessa que, como toda promessa, vive da possibilidade de ser adiada ou descumprida. O romance, assim, fecha tentando produzir decisão, mas o faz precisamente por meio de uma estrutura típica do adiamento e da promessa projetada para o tempo por vir, refém das circunstâncias e das vontades dos envolvidos.

Portanto, *Esau e Jacó* articula o adiamento como terceirização. A vida se organiza por profecias, por cálculos que se revisam sem cessar, por silêncios que geram capítulos e por sistemas que prometem resolver, mas só deslocam. O futuro é o grande operador que dá esperança e retira precisão, e, com isso, instala a suspensão como forma de existência e de narrativa.

Por fim, a obra final a ser analisada é *Memorial de Aires*, na qual o adiamento se torna explícito já na moldura editorial, que praticamente transforma a postergação em contrato de leitura. O editor afirma que, “apesar da forma de diário que tem”, o texto pode interessar, mas explica que “não houve pachorra de a redigir” novamente: “Vai como estava, mas desbastada [...] O resto aparecerá um dia, se aparecer algum dia” (Assis, *Memorial de Aires*, p. 1). Interessantemente, aqui, o adiamento, mais que um mero tema, é objetivamente a política do arquivo. Há um “resto” prometido, mas a promessa é suspensa pela própria condição de “se aparecer algum dia” (Assis, *Memorial de Aires*, p. 1). O livro nasce assinando

sua incompletude, e essa incompletude é uma forma de poder (controla o que se dá) e de fuga (evita o fechamento total).

A forma diarística reforça isso, pois tudo é escrito num tempo que já é “depois”. O narrador registra o descompasso de maneira quase banal, mas profundamente significativa: “Não fui ontem, fui hoje ver a marinha” (Assis, *Memorial de Aires*, p. 78). A frase parece um ajuste de agenda, mas, como estrutura, ela expõe que o diário não coincide com o vivido; ele o reordena, reescreve e reposiciona da forma mais conveniente para conduzir o leitor à leitura moral desejada dos fatos, enviesando-o e, sutilmente, coagindo-o a se compadecer com o narrador. O “ontem” perdido e o “hoje” recuperado são a marca de um narrador que sempre chega ao fato com atraso, frequentemente estratégia de proteção e argumentação em Machado.

Esse mecanismo está diretamente ligado à ética do conselheiro Aires, que cultiva a “discrição” como virtude e escudo. Ele declara que não tem “merecimento” nessa virtude em “Repito, não me custou ser discreto; é virtude em que não tenho merecimento” (Assis, *Memorial de Aires*, p. 94), mas o mais importante é o que vem depois, pois a confissão é adiada para a beira da morte. “Algum dia, quando sentir que vou morrer, hei de ler esta página a mana Rita; e se eu morrer de repente, ela que me leia e me desculpe” (Assis, *Memorial de Aires*, p. 94). A frase é um retrato perfeito do adiamento machadiano, em que dizer “algum dia” e condicionar a verdade ao momento em que já não haverá consequências práticas. É fuga (não enfrentar agora) e poder (controlar quando e como a verdade chega ao outro).

O adiamento, no Memorial, também aparece como prática social, por meio de personagens que “ficam esperando”, de planos que se regulam “depois” e de decisões projetadas para um “a bordo” futuro. Tristão pede o silêncio de Aires e organiza a saída como promessa de um esclarecimento posterior: “Tristão insistiu pelo meu silêncio” (Assis, *Memorial de Aires*, p. 113). Em seguida, formula um plano em que tudo é administrado como “resto”: “eu lhes diria a bordo o que conviesse, e o resto seria regulado entre as duas” (Assis, *Memorial de Aires*, p. 113). O resultado é a suspensão: “não alcançamos nada; ficam esperando” (Assis, *Memorial de Aires*, p. 113). A vida, novamente, é empurrada para um cenário futuro (a bordo), e o presente se converte em espera.

O detalhe final dessa mesma passagem é essencial para o argumento aqui proposto sobre adiamento e poder: Tristão transforma a própria ação em algo que precisará ser reconhecido mais tarde, como se o sentido de seus atos dependesse de um testemunho posterior: “Confesso-lhe isto para que alguém que nos merece a todos dê um dia testemunho do que fiz e tentei” (Assis, *Memorial de Aires*, p. 113). Mais uma vez, o “um dia” aparece enquanto lugar de legitimação. O valor do gesto está no que

alguém dirá depois, um tipo sofisticado de adiamento moral, na medida em que não se busca resolver o conflito, mas construir uma narrativa futura sobre a própria boa intenção.

Assim, *Memorial de Aires* radicaliza a poética da suspensão. Se, em *Dom Casmurro*, o adiamento domina a confissão e, em *Esaú e Jacó*, ele domina a terceirização ao futuro, aqui ele domina a própria textura do tempo narrado. O diário vira uma completa máquina de postergação, em que escrever é sempre “depois”, confessar é “algum dia”, publicar é “se aparecer algum dia” e a vida social é organizada em “o resto”.

Dessa maneira, ao articular e comparar *Dom Casmurro*, *Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires*, mostra-se que o adiamento não é um acidente psicológico, mas um princípio formal e ético. Esses três regimes de adiamento proposital e calculado convergem na tese principal: adiar é, simultaneamente, poder e fuga. É poder porque administra expectativa, como em “Nem perderás em esperar, meu amigo” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 67), funciona como promessa que prende: “Quanto à qualidade da glória, coisas futuras!” (Assis, *Esaú e Jacó*, p. 4); governa pela indefinição: “o resto seria regulado... ficam esperando” (Assis, *Memorial de Aires*, p. 113); e mantém vidas suspensas. E também é fuga porque protege da responsabilidade: “Agora, ir falar-lhe sem ser chamada, não faço” (Assis, *Dom Casmurro*, p. 22); é a frase de quem adia o ato: “Calou tudo e esperou” (Assis, *Esaú e Jacó*, p. 100); é a ética do não-enfrentamento: “hei de ler esta página [...] quando sentir que vou morrer” (Assis, *Memorial de Aires*, p. 94); e é a verdade colocada fora do alcance do presente.

Em suma, Machado constrói uma poética em que o romance distribui suspensões constantemente, em uma agenda de não-entrega de “respostas”. O adiamento desmonta a fantasia de um sujeito firme e de um enredo conclusivo porque, em vez de culminar em sentença, seus romances culminam em leitura aberta: a interpretação é o ato final, sempre “depois”, um “resto” que o texto promete e retira. Uma possibilidade oferecida ao leitor, que pode acontecer agora, amanhã, depois ou nunca. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais, ainda hoje, mais de um século após a publicação das obras, há discussões de dois (ou diversos) lados plausíveis para a interpretação moral dos epílogos das tramas. Machado, no fundo, prefere a suspensão à certeza não porque lhe falte decisão, mas porque reconhece, e encena, que as decisões humanas são frequentemente o nome civilizado do adiamento: promete-se, calcula-se, transfere-se, espera-se. E, assim, vive-se. Ou morre-se.

Arthur Starling is a junior studying Statistics and Data Science at *Yale University*. Originally from Ipatinga, Brazil, he mainly writes about Machado de Assis and João Guimarães Rosa. Email: arthur.starling@yale.edu

Works Cited

Assis, Machado de. *Dom Casmurro. Obra completa*, vol. 1, Nova Aguilar, 1994.

Assis, Machado de. *Esau e Jacó. Obra completa*, vol. 1, Nova Aguilar, 1994.

Assis, Machado de. *Memorial de Aires. Obra completa*, vol. 1, Nova Aguilar, 1994.